

VISÕES DOS PAIS BENEFICIÁRIOS DE CRECHE

ERLICH, Lenir dos Santos¹
FRENZEL, Marinalva Gomes Martins²
MELO, Cristiane de Jesus³
SILVA, Mariluce dos Santos⁴
SILVA, Neuza Aparecida da⁵

RESUMO: Em nosso país com o advento da Constituição de 1988 que fortaleceu as políticas para inclusão da criança como sujeito de direito e a partir daí confirmou a creche como uma instituição social e educativa, direito da criança, uma escolha da família e principalmente um dever do estado (artigo 208, inciso IV) ratificado pela LDB 1996 (artigo 30/I/II). (BRASIL, 1996). Com todo avanço da educação infantil para sua implementação não de cunho assistencial e sim como objetivos de educar e buscar novos conhecimentos para crianças de creches e pré-escolas, o sentido social da creche é muito novo no espaço educacional como uma modalidade de ensino. Neste breve histórico apresenta a creche e sua trajetória como um compromisso de lutas sociais e que sendo produto de reivindicações onde a família é essencial como coparticipante do processo educacional e se evidencia assim a importância de uma escola “elementar” simplificada, se fazendo necessária a reunião de forças e investimentos na proposição de uma escola que tem como foco a criança e como opção pedagógica ofertar uma experiência de infância potente, diversificada, qualificada, aprofundada, sistematizada, na qual a qualidade seja discutida e socialmente partilhada, ou seja, uma escola aberta à família e à sociedade.

Palavras-chave: Creche; Participação; Valores.

INTRODUÇÃO

¹ Pedagoga pela Universidade Federal de Mato Grosso. Professora na Creche Municipal Pequeno Príncipe em Porto dos Gaúchos-MT. E-mail: lenir-serlich@hotmail.com

² Pedagoga pela Universidade do Estado de Mato Grosso .Apoio Administrativo Educacional na Creche Municipal Pequeno Príncipe em Porto dos Gaúchos-MT. E-mail: nalva_frenzel@outlook.com

³ Pedagoga pela Universidade do Estado de Mato Grosso. Professora na Escola Municipal Gustavo Adolf Wilke em Porto dos Gaúchos –MT. E-mail: crisjmmm@hotmail.com

⁴ Pedagoga pelo Centro Universitário Internacional Uninter .Escola Municipal Gustavo Adolf Wilke em Porto dos Gaúchos-MT. E-mail: mariluce.ieq@hotmail.com

⁵ Pedagoga pela Universidade do Estado de Mato Grosso .Apoio Administrativo Educacional na Creche Municipal Pequeno Príncipe em Porto dos Gaúchos-MT. E-mail: neuza85_silva@hotmail.com

O tema traz a importância de reafirmação da Creche como direito assegurado às crianças e ainda nesse percurso metodológico pode se notar que houve um avanço substancial de políticas social voltadas ao desenvolvimento pleno da infância e a respeito disso Demo (1997) defende que a Lei de Diretrizes da Educação Básica assumiu uma característica interdisciplinar ao trazer em seu esboço a questão da integralidade formativa das creches à Educação básica. Essas instituições passaram a serem vistas além de educativas também como um compromisso para acompanhamento e avaliação do desenvolvimento integral da criança, onde tal avaliação é um direito da criança e um dever da escola. Essa avaliação é um instrumento de reflexão sob as atividades propostas de aprendizagem e desenvolvimento psicomotor, cognitivo e afetivo e não por mecanismos de retenção (BRASIL, 2009) e ainda vimos o seguinte:

A avaliação, conforme estabelecido na Lei nº 9.394/96, deve ter a finalidade de acompanhar e repensar o trabalho realizado. Nunca é demais enfatizar que não devem existir práticas inadequadas de verificação da aprendizagem, tais como provinhas nem mecanismos de retenção das crianças na Educação Infantil. Todos os esforços de equipe devem convergir para a estruturação de condições que melhor contribuam para a aprendizagem e o desenvolvimento da criança sem desligá-la de seus grupos de amizade (BRASIL, 2009, p.95).

Assim se faz necessário o planejamento participativo com a família para continuidade do processo de aprendizagem da criança. A educação infantil, que está constituída por legislação como a primeira etapa da educação básica, tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológico, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade (Lei 9.394/96, art.29). O espaço que é oferecido em uma creche é um dos elementos fundamentais para o êxito do desenvolvimento da Educação Infantil, pois através das variadas situações desenvolvidas neste espaço a criança explora suas sensações e relações.

Integrado as primeiras sensações do ser humano o espaço é um elemento material através do qual a criança experimenta o calor, o frio, a luz, a cor, o som e, numa certa medida de segurança. É nesse meio que, ao estender a mão em busca do objeto ela adquire a noção de distância; é nele que a mãe aparece e desaparece desligada do seu corpo; é ainda nele que a criança exercita o seu domínio, equilibra e, caminha e corre. Não há espaço vazio, nem de matéria nem de significado: nem há espaço imutável. Nada e mais dinâmico do que o espaço por que ele vai sendo construído e destruído, permanentemente, seja pelo homem, seja pelas forças da natureza. Também na da se articula fora dele. [...]. É num espaço físico que a criança estabelece relação a relação com o mundo e com as pessoas; e ao fazê-lo

esse espaço matéria se qualifica. Ela deixa de ser apenas um material construído e organizado para se embeber da atmosfera que as relações ajudam estabelecer. (LIMA *apud* MACHADO, 1991, p.61).

A creche pesquisada tem preocupação no que se refere a espaço para as crianças; por ser um imóvel não projetado para ser uma instituição infantil a direção está fazendo obras para melhoria do atendimento oferecido na mesma. Na creche se observa que cada atividade tem seu espaço; na parte da manhã as salas são para atividades pedagógicas dirigidas e à tarde são oferecidas atividades diversificadas como desenho, história, massinha de modelar, pintura, recortes e colagem.

Nessa perspectiva, nos voltamos para três funções indissociáveis para a educação infantil. Primeiramente uma função social, que consiste em acolher, para educar e cuidar, crianças compartilhando com as famílias o processo de formação e constituição da criança pequena em sua integralidade. Em segundo lugar, a função política de contribuir para que meninos e meninas usufruam de seus direitos sociais e políticos e exerçam seu direito de participação, tendo em vista a sua formação na cidadania. (BRASIL, 1998).

E por fim, a função pedagógica de ser um lugar privilegiado de convivência e ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas entre crianças e adultos. A articulação entre essas três funções promove a garantia de bem-estar às crianças, aos profissionais e às famílias. A criança é um ser social e histórico que apresenta diferenças e que se desenvolve a partir do meio social em que vive e da cultura que a cerca. Seu desenvolvimento acontece através de modificações existentes no seu cotidiano ressaltando a educação vivenciada na família e na escola (BRASIL, 1998).

Esta educação está vinculada a valores, limites, conceitos, sempre respeitando sua realidade. No conceito educacional a criança ira construir seu próprio sujeito, pois ao ingressar nas instituições escolares a mesma passa a fazer parte de outro contexto social, servindo para sua própria construção de pessoa, ou seja, como ser humano que pensa, cria e interage, assim podemos perceber que a criança é sujeito de direitos e deveres, tem sua própria identidade, construindo sua independência e autonomia.

Reitera-se essa concepção da importância da família na aprendizagem diante das observações e análises documentais durante minha trajetória acadêmica nos

projetos políticos pedagógicos, projetos educativos e regimentos nas instituições educacionais pesquisadas a concepção que a família é o alicerce que qualquer indivíduo mais de maneira peculiar na infância. (VARA, 1996).

Referencia-se assim “família” sanguínea, mas sim a constituída pelo afeto e é nesta família que a criança se depara um espaço natural e propicio ao seu desenvolvimento psicológico, cognitivo e afetivo. A criança carece ser educada e é na família que descobre um espaço essencial na aquisição dos valores humanos. A competência da família transformou-se ao longo da história. Atualmente a escola busca por meio do diálogo com a família a corresponsabilidade pela educação creditando nos projetos realizados pela escola tal junção. (ARIÉS, 1981).

A escola que tem projetos com enfoque na família produz resultados positivos e atacando problemas como a indisciplina e a evasão escolar. Entretanto para que haja mudanças positivas os alunos desde a pré-escola tem referenciais como palavras, gestos, pessoas e atitudes que são colaborativos na formação da sua identidade, assim é necessário espaços saudáveis para que tais referências sejam positivas (ZAGURY, 2002).

Trazemos de acordo com as referencias consultadas algumas deliberações buscadas nessa parceria que são fundamentais na construção da identidade das crianças famílias como a importância dos responsáveis pelas crianças estarem se informando sobre o ensino-aprendizagem das crianças e colaborando com os educadores quando a presença na escola for solicitada.

Também se interessarem pelas atividades das crianças na escola como forma de estímulo e incentivo a proficiência, valorizar as habilidades e conhecimentos das crianças. Lembrando que a família devem se expressar com afinidade com o professor do filho e analisar as atividades desenvolvidas na escola e as tarefas de casa reforçando nesses momentos a autoestima e saber dizer não colocando limites a atitudes negativas que o filho venha a manifesta.

As crianças pequenas requerem aos educadores uma pedagogia sustentada em relações afetivas, nas interações e em práticas educativas intencionalmente voltadas para suas experiências cotidianas e seus processos de aprendizagem no espaço coletivo, diferente de uma intencionalidade pedagógica voltada para resultados individualizados nas diferentes áreas do conhecimento.

A família precisa subsidiar o aluno a encontrar-se como pessoa, ampliando suas potencialidades para que, no futuro, possa aplicar, de modo que ela se perceba

como um agente transformador, que transforma e é transformado por esse meio. No seio familiar é um espaço de fazer a experiência de convivência com as diferenças de idade, tolerância, solidariedade, temperamento, relações interpessoais marcadas pela colaboração, tolerância, serviço, aceitação, limites e potencialidades. (AUGUSTO, 1979).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação no seu art.29, determina que a Educação Infantil é parte integrante do sistema educacional brasileiro, constituindo-se a primeira etapa da Educação Básica. Tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança de 0 a 5 anos de idade em seus aspectos físico, afetivo, intelectual, linguístico e social, complementando a ação da família e da comunidade.

E deve proporcionar experiências e interações com o mundo social e físico, de forma ajustadas de acordo com as suas idades, seguindo princípios pedagógicos, ou seja, a função social da escola é de garantir a todos o acesso à cultura e ao conhecimento científico, na perspectiva da cidadania. A creche desempenhará bem seu papel, na medida em que, partindo daquilo que a criança já sabe o conhecimento que ela traz de seu cotidiano, suas ideias a respeito dos fatos e fenômenos, ela for capaz de ampliar e desafiar a construção de novos conhecimentos (BATISTA, 1998).

Essas trocas de informações entrem profissionais e instituições aos pais visam esclarecer o real papel dos mesmos, visando um conhecimento mútuo, acabando com a visão que creche é voltada para famílias carentes, ou ao assistencialismo, que ainda hoje perdura, essa concepção que este estabelecimento é só para cuidar de crianças e que não é escola de verdade, ficando no entendimento deles que serve para a criança ficarem na creche enquanto os mesmo trabalham. Poucos sabem que este é um direito constitucional de toda criança frequentar uma creche, mas para os pais o seu objetivo é outro a proteção ao filho enquanto trabalha. Hoje a creche, além de uma necessidade é um direito de toda e qualquer criança, independente de classe, gênero, cor ou sexo.

De uma forma geral, para a grande maioria dos pais, a creche continua sendo um lugar seguro, que fornece o suprimento das necessidades básicas e dos serviços oferecidos pelos profissionais, porém, como consequência, são poucas as informações recebidas sobre seus filhos.

Daí a necessidade das instituições elaborarem uma política com o objetivo de esclarecimento juntamente aos pais, pois a LDB (9.394/96), divergem com essa

cultura que os pais trazem consigo mostrando que a Educação Infantil é direito de toda criança como primeira etapa da Educação Básica, nos seus artigos 29 vem a nos dizer que: “a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”.

A creche passa a ser vista como responsável junto a família, pela promoção do desenvolvimento das crianças, ampliando suas experiências e conhecimentos. A função educativa da creche irá exigir o planejamento de um currículo de atividades, o qual deverá considerar tanto o grau de desenvolvimento das crianças quanto os conhecimentos culturais básicos a serem por elas apropriados [...] uma proposta pedagógica apropriada para a creche implica em optar por uma organização que garanta o atendimento de certos objetivos julgados mais valiosos do que os outros. Ela é elaborada a partir de uma reflexão sobre a realidade cotidiana da criança, o meio social onde seus pais, e ela mesma vivem. Não pode ignorar os desejos, necessidades e conflitos destas populações (OLIVEIRA, 1992 p.23-64).

Nesse sentido, a LDB aponta que o desenvolvimento da criança deve caminhar junto tanto no ambiente escolar como no familiar. Hoje, para que esse trabalho aconteça é preciso, ser um profissional de Educação Infantil responsável e em ter em foco o desenvolvimento integral da criança, respeitando as suas capacidades e habilidades a esta etapa.

Para tanto o RCNEI:

O trabalho direto com crianças pequenas exige que o professor tenha uma competência polivalente. Ser polivalente significa que ao professor cabe trabalhar com conteúdos de naturezas diversas que abrangem desde cuidados básicos essenciais até conhecimentos específicos provenientes das diversas áreas do conhecimento. Este caráter polivalente demanda, por sua vez, uma formação bastante ampla do profissional que deve tornar-se, ele também, um aprendiz, refletindo constantemente sobre sua prática, debatendo com seus pares, dialogando com as famílias e a comunidade e buscando informações necessárias para o trabalho que desenvolve. (BRASIL, 1998, p. 410).

Neste sentido, percebe-se a importância dessa temática na elaboração desse projeto nos fazendo pensar, refletir e analisar constantemente sobre o trabalho e a formação do Profissional de Educação Infantil. Ressalvo um breve conceito de família que advém do latim FAMULUS que tem significado “conjunto de servos” e condicionados de um chefe ou senhor. Os denominados dependentes pode ser incluir esposa e os filhos. (PRADO, 1988, p.51).

Trago exemplos de famílias como as compostas por pais únicos ou monoparental, que comumente está sob a variação da estrutura nuclear

tradicional por causa de fenômenos sociais, como divórcio, óbito, abandono de lar, ilegitimidade ou ainda adoção de crianças por uma só pessoa. Há a família ampliada, alargada ou consanguínea é uma composição mais ampla, que incide na família nuclear, mais os parentes diretos ou colaterais, havendo uma extensão das relações entre pais e filhos para avós, pais e netos, tios e sobrinhos.

Na atualidade vem crescendo ainda as denominadas de famílias alternativas, que são as famílias comunitárias e as compostas por pessoas LGBT - lésbicas, gays, bissexuais ou transgêneros - e os seus filhos. As famílias comunitárias, ao oposto de sistemas familiares tradicionais, onde ha uma responsabilidade dos pais e da escola pela criação/ educação das crianças o papel dos pais é descentralizado, onde as crianças são de responsabilidade de todos os componentes adultos.

Os filhos de acordo com ATKINSON e MURRAY (cit. por VARA, 1996), a família é um princípio social uno, miscigenado por um grupo de indivíduos, cada um com função atribuída, e embora diferenciados, consubstanciam o funcionamento do sistema como um todo. O conceito de família assim evoca obrigatoriamente, os conceitos de papéis e funções, como se têm constatado.

2- A IMPORTÂNCIA DOS PAIS NO COTIDIANO NA CRECHE

A declaração em torno do termo “pais” enuncia-se como todos aqueles responsáveis pelas crianças não sendo precisamente os genitores, assim sendo, observa-se que nas creches ou em outras instituições educacionais, por sua vez, também precisam ficarem “abertas” a novas formações familiares para que se tenha sucesso na relação escola-família se firmando um espaço de comunicação dialógica com respeito e sem a evidencia de preconceitos (SANTOS, 2008).

Nesse estudo como todos encontrados em torno da temática tem se constatado a importância entre família e escola que não se pode ser estabelecida sob a égide do autoritarismo, mas sim pelo planejamento participativo e autonomia como preceitua a lei de gestão democrática nas municipalidades em que a escola atua sempre sob o enfoque dialógico.

A autora Tania Zagury (2002), na publicação “Escola sem conflito: parceria com os pais” salienta que as relações entre pais e escola vêm sofrendo grandes transformações com o acontecer dos tempos.

Assim sendo, de acordo com a autora:

Durante cerca de dois séculos, a família e a escola viveram uma verdadeira lua-de mel. O que a escola pensava era o que os pais pensavam. O que a escola determinava ou afirmava, fosse em termos de tarefas, atribuições e até mesmo de sanções, era endossado e confirmado pela família. (ZAGURY, 2002, p.11).

Hoje se vê uma responsabilização da escola pela família, pois a mesma culpa a família por não fazer seu papel de co-educadora, ao passo que a família culpa a escola pelo seu papel diante do insucesso e indisciplina do aluno. Assim a família ao cobrar da escola mais comprometimento na educação também ocorre os pais culparem as fatores indesejados com seus filhos. Essa construção da identidade e da autonomia diz respeito ao conhecimento, desenvolvimento e uso dos recursos pessoais para fazer frente às diferentes situações da vida (MOYSÉS, 1998).

A identidade é um conceito do qual faz parte a ideia de distinção, de uma marca de diferença entre as pessoas, a começar pelo nome, seguido de todas as características físicas, de modos de agir e de pensar e da história pessoal. Sua construção é gradativa e se dá através de meio de interações sociais estabelecidas pela criança, nas quais ela, alternadamente, imita e se funde com o outro para diferenciar-se dele em seguida, muitas vezes utilizando-se da oposição.

A fonte original da identidade está naquele círculo de pessoas com quem a criança interage no início da vida. Em geral a família é a primeira matriz de socialização. Ali, cada um possui traços que o distingue dos demais elementos, ligados à posição que ocupa (filho mais velho, caçula etc.), ao papel que desempenha, às suas características físicas, ao seu temperamento, às relações específicas com pai, mãe e outros membros etc. (ZAGURY, 2002).

A criança participa, também, de outros universos sociais, como festas populares de sua cidade ou bairro, igreja, feira ou clube, ou seja, pode ter as mais diversas vivências, das quais resultam um repertório de valores, crenças e conhecimentos. Uma das particularidades da sociedade brasileira é a diversidade étnica e cultural. Essa diversidade apresenta-se com características próprias segundo a região e a localidade; faz-se presente nas crianças que frequentam as

instituições de educação infantil, e também em seus professores. O ingresso na instituição de educação infantil pode alargar o universo inicial das crianças, em vista da possibilidade de conviverem com outras crianças e com adultos de origens e hábitos culturais diversos, de aprender novas brincadeiras, de adquirir conhecimentos sobre realidades distantes. Dependendo da maneira como é tratada a questão da diversidade, a instituição pode auxiliar as crianças a valorizarem suas características étnicas e culturais, ou pelo contrário, favorecer a discriminação quando é conivente com preconceitos (AUGUSTO, 1979).

Assim a creche é imprescindível na socialização e proteção da criança, e a família não pode ficar indiferente a essas necessidades, anseios, expectativas, sonhos e conquistas. Bock (2002, p. 252) postula que:

A importância da primeira educação é tão grande na formação da pessoa que podemos compará-la ao alicerce da construção de uma casa. A educação bem sucedida da criança na família é que vai servir de apoio à sua criatividade e ao seu comportamento produtivo quando for adulto. A família tem sido e será a influência mais poderosa para o desenvolvimento da personalidade e do caráter das pessoas.

Ainda temos o entendimento de Zabalza (1998), de que a instituição educacional infantil deve trazer na sua proposta e filosofia, meios e espaços diversificados que permitam a concretização de diferentes atividades com a finalidade de considerar o desenvolvimento integral da criança. Assim a vivência de um projeto pedagógico onde haja uma integração de comunidade e creche desde o início do ano letivo permite uma avaliação de ambas as instituições onde o processo de ensino-aprendizagem seja conhecido diante das reflexões sobre a prática pedagógica com o aluno.

De acordo com os princípios legais, éticos, políticos e estéticos, a Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físicos, psicológicos, cognitivos, emocionais, estéticos, religiosos e sociais, complementando a ação da família e da comunidade, visando a cooperação e a autonomia (BRASIL, 1998).

Nesse sentido, podemos afirmar que uma nova perspectiva de Educação Infantil está sendo traçada e construída, houve uma valorização um reconhecimento da importância deste nível de ensino na educação das crianças. É a Educação Infantil um direito da criança e seus familiares, o Estado tem deveres também com a

educação da criança de zero a cinco anos, a creche, assim como a pré-escola, é equipamento educacional e não apenas de assistência (BRASIL, 1998).

Na prerrogativa do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998), as diferentes funções atribuídas aos profissionais da educação da criança pequena, em especial, deverão ser reconsideradas e adequadas em função das demandas atuais deste nível de ensino, ou seja, hoje, o docente de Educação Infantil tem a função de educar e cuidar de forma integrada a criança.

Ao estruturar o Currículo Básico de Educação Infantil centrado nos eixos Formação Pessoal e Social e Conhecimento de Mundo, considera-se o respeito à criança como um ser social, integral e em franco desenvolvimento. Significam, ainda, que não se podem limitar suas oportunidades de descoberta, que é necessário conhecê-la verdadeiramente para proporcionar-lhe experiências de vida, ricas e desafiadoras; procurar não fazer por ela, mas auxiliá-la a encontrar meios de fazer as coisas a seu modo. Enfim, é deixá-la ser criança.

As autoras Ivete Manetzeder Keil e Maria de Fátima Mussi Monteiro (1996) apud Grossi & Bordin (1996) aponta ações educativas no sentido de encorajar essa população infantil a:

- Tornar-se cada vez mais autônoma em relação aos adultos;
- Interagir com outras crianças e resolver os conflitos entre elas mesmas;
- Ser independente e curiosa, ter iniciativa própria para satisfazer sua curiosidade;
- Ter confiança e habilidade para formar idéias próprias e expressá-las com convicção, não desencorajando diante dos obstáculos.

Busca-se com tais ações compreender como as crianças constroem o seu conhecimento, estando permanentemente atentas a elas, encorajando-as, aceitando suas diferentes manifestações e propondo atividades para a ampliação de descobertas em todas as áreas do conhecimento (físico, lógico-matemático e social). As atividades dirigidas para a criança pequena precisam respeitar seu tempo e espaço, oportunizando-lhe o maior número possível de experiências e descobertas, sem com isso estabelecer rotinas rígidas ou atitudes disciplinares que retirem ou limitem a alegria ou a espontaneidade própria da criança (PANIAGUA & PALACIOS, 2008).

A construção de conhecimentos se processa de maneira integrada e global, assim as disciplinas têm por finalidades abranger conteúdos voltados para

desenvolver as habilidades que as crianças necessitam na Educação Infantil, considerando as especificidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas das crianças de zero a seis anos, a qualidade das experiências oferecidas pode contribuir para o exercício da cidadania de forma autônoma e dinâmica.

Dentre tais possibilidades de organização podemos apontar como viável o trabalho com projetos:

[...] quando falamos de projetos, o estamos fazendo porque supomos que possa ser um meio que nos ajude a repensar e a refazer a escola. Entre outros motivos, porque por meio deles, estamos tentando reorganizar a questão do espaço, do tempo, da relação entre os docentes e os alunos e, sobretudo, porque nos permite redefinir o discurso sobre o saber escolar (aquilo que regula o que se deve ensinar e como se deve fazê-lo). (HENÁNDEZ, 1998, p. 65).

É preciso considerar as especificidades do trabalho pedagógico junto às crianças de 04 e 05 anos, isto é a proposta pedagógica para essa faixa etária prevê em sua essência as ações integradas entre o cuidar e o educar, bem como atividades de estimulação (as atividades de estimulação caracterizam-se nas brincadeiras propostas pelo educador, como por exemplo: brincadeiras com bola, ursinhos, bonecas, carrinhos, móveis, panos etc.; brincadeiras na frente do espelho; brincadeiras cantadas, mímicas, parlendas, etc.). (BRASIL, 1998).

Considerando o desenvolvimento infantil de cada faixa etária, isto é, a partir do momento que as crianças já possuem condições motoras de manipular diferentes materiais (lápis e pincéis de diferentes texturas e espessuras, brochas, carvão, carimbo, livros, revistas, etc.), meios (tintas, água, areia, terra, argila, etc.), os mesmos deverão ser propostos a elas.

Além de prestar cuidados físicos, A educação infantil cria condições para seu desenvolvimento cognitivo, simbólico, social e emocional. Nela se dá o cuidado e a educação de crianças pequenas que aí vivem, convivem, exploram, conhecem, construindo uma visão de mundo e de si mesmas, construindo-se como sujeitos (VYGOSTSKY, 1984). O que se tem presenciado a esse respeito é que as escolas estão abrindo espaços para a participação das famílias, a ponto de hoje, família e escola serem coautoras das decisões administrativas e pedagógicas, o que acaba favorecendo e facilitando a educação dos estudantes.

As faculdades de Pedagogia e os cursos de licenciatura, por sua vez, vêm debatendo a necessidade de ambas, escola e família caminharem juntas, se responsabilizando mutuamente pela formação dos alunos. Sobretudo, para haver parceria, é preciso ter clareza do que cabe a cada uma das instituições e a que se propõem. A escola além de compreender que a família mudou e é com essa família que deve trabalhar, precisa ser o espaço de formação/preparação das novas gerações. (CRAIDY, 1998).

Segundo Zagury (2000, p.15), cabe à escola revitalizar a confiança na família, [...] no papel de formadora e a e trazê-la cada vez mais para dentro da instituição. Isso por que:

Quando os pais passaram a se sentir inseguros e culpados por na estar tão próximos dos filhos, a escola tentou ocupar esse espaço. Mas ela não tem condições de fazer bem as duas coisas [...]. Ao levar os pais a participar de encontros, palestras, reuniões e troca de experiências com outros pais, eles saem fortalecidos e sentem que não estão sozinhos nessa luta.

Ainda segundo Gentile (2006 p.32):

Professores culpam a família “desestruturada” que não impõe limites nem se interessa pela educação. Os pais por sua vez, acusam a escola de negligente, quando não tacham o próprio filho de irresponsável. Nessa briga nada saudável, a única vítima é o aluno.

Quando a escola e os pais falam a mesma língua e têm valores parecidos, o aluno tende adquirir o aprendizado sem grandes problemas. Assim o aluno não terá apoio dos pais para julgar mal a escola. De acordo com Reis (2007), é preciso investigar por que muitos pais não têm correspondido ao que os educadores esperam deles, quando solicitados a comparecer à escola. Na fala de Abramowicz & Wajskop “a creche é um espaço de socialização, de vivências e interações” (1995, p.39) e assim dessa maneira estes espaços as ou crianças podem firmar relações entre seu mundo e as pessoas que as cercam dessa maneira essas relações transformam os ambientes onde estão inseridas

O autor propõe que a escola crie estímulos e estabeleça vínculos para que a família busque na escola muitas respostas de ordem educativa com seus filhos. Reis (2007 p.06), afirma que escola e família necessitam uma da outra para educação dos alunos, e que:

Uma vez escolhida a escola, a relação com ela apenas começa. É preciso o diálogo entre a escola, pais e filhos [...] Nesse âmbito, compete aos pais manterem-se informados sobre os resultados obtidos pelos filhos; colaborar com professores para tornar mais coerente e eficaz a atuação escolar; manterem-se interessados pelas atividades realizadas pelos filhos na escola, valorizar a escola; os conhecimentos e habilidades que propicia para criar nos filhos hábitos de respeito e uma expectativa positiva em relação aos estudos.

Por sua vez, Muller (2002) afirma que nenhuma instituição poderá substituir as condições educativas da família e, nem parece razoável ser a escola a única a transmitir valores para o convívio do aluno em sociedade para desenvolver valores como a democracia, o respeito pelo outro, a solidariedade, a tolerância, o esforço pessoal e regras para a boa convivência.

Na medida em que a criança cresce e vai-se tornando autônoma (capaz de procurar “prazer” em fontes variadas) a mãe e a professora tornam-se pouco interessantes (fontes de prazer). Suas necessidades vão-se diversificando e subindo de nível. Assim, a mãe e a professora devem estar atentas à diversificação dos interesses da criança. Se não fizerem isto, a criança vai aos poucos achando-as “bobas”. A relação inferior infantiliza a criança, por isto as crianças, por vezes, apresentam duas personalidades: uma para relacionar-se com a mãe e outra para relacionar-se com os colegas. Muitas vezes, os educadores (mãe e professores) têm dificuldade em levantar o nível de relacionamento com a criança, cultivando um relacionamento infantilizado. (LIMA, 1989, p. 69).

Nessa perspectiva, o papel do educador é o de ser mediador de cultura; aquele que coloca os alunos em contato com o conhecimento através de intervenções planejadas que favorecem ações sobre os objetos de conhecimento. A Educação Infantil constitui-se em um dos ambientes de desenvolvimento da criança e ela não pode ser pensada como instituição substituta da família, mas como ambiente socializador diferente do familiar (OLIVEIRA, 1992).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que enquanto a Educação Infantil sendo constituída como a primeira etapa da educação básica conforme a LDB esta fase educativa complementa a ação da família da sociedade no que se refere ao pleno

desenvolvimento da criança. Essa reflexão de pesquisa nos permitiu verificar a situação da criança nas creches bem como a importância destas instituições e que tem na família uma aliada na efetivação de conceitos de civilidade e valores. Mesmos com tantas dificuldades dentro desta relação a família ainda não tem uma exata compreensão das atividades da creche, mesmo ainda reconhecendo e valorizando seu papel de atuação social, pois a participação deles ainda é pequena.

Esta pesquisa incide em responder determinados questionamentos em consideração ao que a família vê no trabalho da creche e ainda busca dentro dessa perspectiva respostas a tais inquietações. Buscou se assim observar e pesquisar através de bibliografias que a Creche que é um espaço de inclusão, respeito e de resgate de atividades no desenvolvimento e autonomia da criança.

Se verificou que os responsáveis pela criança participam nas decisões da escola e que embora muitas vezes situações conflituosas advém de lares desestruturados, assim mesmo a ocorrência de situações negativas são muito poucas, mas assim se constata que há um grande percentual de pais separados ou solteiros .

Neste sentido, é visível que a Educação Infantil vem redimensionando seu papel de formadora também se pode ampliar o campo de pesquisa em torno das instituições de Educação Infantil bem como do papel da família na partilha de responsabilidades para atender as funções de caráter educativo e é possível considerar os avanços conquistados no ponto de vista das legislações que dizem que é direito da criança a educação e a cidadania.

Considerando as dificuldades de efetivar propostas curriculares transformadoras ora sendo por falta de recursos ou de melhores qualificações muito se tem conquistado no que se refere ao tema pesquisado e assim tal pesquisa foi essencial ao incentivo de novas buscas dentro dos objetivos propostos. Espera-se que este trabalho acadêmico fortaleça o reconhecimento da creche, e que sirva de referencia a novos diálogos e costuras bibliográficas. Assim se espera que fundamentado dentro dos Parâmetros Nacionais de qualidade para Educação Infantil, a proposta pedagógica das creches devem atender a princípios éticos, políticos e estéticos na participação da família como efetivação destes princípios no que se refere ao desenvolvimento da autonomia, responsabilidade e solidariedade. Contudo ainda é fundamental o reconhecimento da criança como sujeita de direitos e deveres onde a creche permita a possibilidade da criança utilizar suas

potencialidades, sensibilidade e criatividade dentro das atividades proporcionadas (BRASIL, 1998).

A especificidade da atuação da creche pode ser viabilizada para envolvimento não somente das crianças e dos profissionais da educação da creche, mas também envolvendo as famílias, para que haja uma interação mutua na promoção do bem estar das crianças não somente dentro do caráter educativo como porem também ao proporcionar o diálogo, descobertas, confortos e reciprocidade aos atores envolvidos nas várias descobertas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOWICZ, Anete e WAJSKOP, Gisela. **Creches: atividades para crianças de zero a seis anos**. São Paulo: Moderna, 1995.
- AUGUSTO, Mariana. **Comunidade Infantil Creche**. Rio de Janeiro. Editora Guanabara, 1979.
- BATISTA, Rosa. **A rotina no dia-a-dia da creche: entre o proposto e o vivido**. Florianópolis, SC. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, 1998.
- BOCK, Ana Mercês Bahia. **Psicologias, uma introdução ao estudo de psicologia**. 13 ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2002.
- BRASIL. **Constituição: República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Lei 9.394/96**. Rio de Janeiro: DP&A. 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil / ministério da Educação e do desporto, Secretaria de Educação fundamental**. – Brasília: MEC/SEF, 1998. 3 v.
- BRASIL. **Resolução nº 05**, de 17 de dezembro de 2009.
- DEMO, Pedro. **A nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB)- Ranços e avanços**. Papiros, Campinas, 1997.
- GENTILE. Paola in **Revista Nova Escola**. São Paulo: Editora Abril. Junho de 2007.

- KEIL, Ivete Manetzeder, MONTEIRO, Maria de Fátima Mussi. **Construtivismo x Positivismo**. In: GROSSI, Esther Pilar; BORDIN, Jussara (org). **Paixão de aprender**. 8 ed. Petrópolis. Vozes, 1996.
- LIMA, Mayumi de Souza. **A cidade e a criança**. São Paulo. Nobel, 1989.
- MACHADO, Maria Lucia de A. **Pré-escola é não é escola: a busca de um caminho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- MOYSÉS, Kuhlmann Jr., **Infância e educação infantil: Uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- MULLER, José Luiz. **Práxis Pedagógicas**. CEACD/SINOP-UNEMAT, 2002.
- OLIVEIRA, Zilma de M. R. et alii. **Creches: criança faz de conta & Cia**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1992.
- PANIAGUA, Gema. PALACIOS, Jesus. **Educação infantil: Resposta educativa à diversidade**. Porto Alegre, 2008.
- PRADO, D. **O Que é Família**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988.
- REIS, Rosilene Pereira in **Revista Mundo Jovem**. Porto Alegre: Editora PUCRS. Fevereiro de 2007.
- SANTOS, Alessandra dos. **A creche: um espaço onde quem cuida pode educar. São Gonçalo**. UERJ, 2008.
- VARA, Lília Rosa Alexandre – **Relação de ajuda à família da criança hospitalizada com doença de mau prognóstico num serviço de pediatria**. Revista Portuguesa de Enfermagem. Cacém: Instituto de Formação em Enfermagem. ISSN 0873-1586. N.º 1 (3º trim. 1996), p. 5-52.
- VYGOSTKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo. Martins Fontes. 1984.
- ZABALZA, Miguel Antônio. **Qualidade em educação infantil**. Tradução Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- ZAGURY, T. **Escola Sem Conflito: Parceria com os pais**. Editora Record: Rio de Janeiro, 2002.
- ZAGURY, Tânia. **É preciso dizer não!.IN Revista Nova Escola**. São Paulo: Editora Abril. Março de 2000.